

Realismo Clássico *versus* Realismo Estrutural: natureza humana ou estrutura do sistema?

Geraldine Rosas Duarte, , Uni-BH, Belo Horizonte¹

Resumo. Diante da grande contribuição teórica do realismo para as Relações Internacionais, este trabalho pretende contrapor duas vertentes desse paradigma: o realismo clássico e o realismo estrutural. O objetivo é apresentar cada uma dessas visões, destacando seus pontos centrais e evidenciando as distinções e semelhanças existentes entre as duas.

Palavras-chave: realismo clássico – realismo estrutural – teoria das RI

Abstract. Considering the great contribution of Realist theory to International Relations, this work intend to compare two views of this paradigm: the classic realism and the estrutural realism. The aim is to discuss each of this approaches, showing the aspects they have in common and in what way they are different from each other.

Key-words: classic realism – estrutural realism – IR theory

Introdução

O realismo vem sendo uma das principais correntes teóricas no campo das Relações Internacionais. Desde o surgimento da disciplina, no início do século XX, ele vem desempenhando um papel bastante relevante para o entendimento da política internacional. Desenvolvida a partir da contribuição de Edward Carr² (1946), essa perspectiva se

¹ Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte - UNIBH, mestre em Relações Internacionais pela PUC Minas e doutoranda em Geografia - Tratamento Espacial da Informação, na PUC Minas. Professora do curso de Relações Internacionais do UNIBH, onde leciona disciplinas relacionadas às teorias das RI, à Geografia Política e aos conflitos internacionais.

² Carr (1946), em seu livro *Vinte anos de crise: 1919-1939*, critica o pensamento idealista, predominante na época, baseado na noção de que a guerra seria um ato irracional e não parte da política. Acreditava-se que a criação de normas de conduta, assim como a expansão da democracia e do comércio, seriam capazes de eliminar a guerra da relação entre os Estados. Carr aponta para a necessidade de se analisar a política como ela é, buscando-se compreender a realidade de fato do sistema internacional. A partir da crítica ao pensamento idealista e das considerações que ele faz sobre o poder na política internacional, inicia-se a chamada corrente realista das Relações Internacionais.

consolida com a obra de Hans Morgenthau, *Política entre as Nações*, publicada originalmente em 1948. Desse momento em diante, diversos autores e teorias vem sendo agregados à discussão realista, conferindo a essa corrente novas dimensões e formas de lidar com a realidade internacional.

A perspectiva realista, tal como trabalhada por Morgenthau, predomina no campo exercendo enorme influência durante vários anos. Em 1979, contudo, Kenneth Waltz publica uma das obras mais referenciadas nas Relações Internacionais. *Theory of International Politics* sem sombra de dúvidas se torna um marco para a disciplina, tanto por pretender apresentar a teoria da política internacional, tanto por romper com a visão desenvolvida pelo realismo até então. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar as principais características do realismo clássico, bem como do realismo estrutural, contrapondo os aspectos distintos e ressaltando aquilo que permanece semelhante.

Para tanto, este trabalho estará dividido em três partes. A primeira delas abordará a perspectiva realista clássica, evidenciando a forma como essa corrente percebe a relação entre os Estados. Serão trabalhadas essencialmente as contribuições de Morgenthau e Aron, a fim de sintetizar as idéias principais. Posteriormente, a segunda parte estará encarregada de discutir a teoria da política internacional proposta por Waltz, destacando os elementos que caracterizam o realismo estrutural. Por fim, as duas perspectivas serão contrapostas para que possam ser identificadas as principais diferenças e, também, aspectos que permanecem comuns.

Acredita-se na relevância dessa discussão já que o realismo representa um dos paradigmas fundamentais das Relações Internacionais. Por mais que outras vertentes dessa corrente tenham continuado a surgir, é interessante retomar os pressupostos iniciais e perceber como essas idéias contribuíram para o desenvolvimento do pensamento. Muitas outras abordagens ou teorias também continuam surgindo, entretanto, o realismo ainda exerce uma grande influência no entendimento da política internacional. Vale ressaltar que vários autores e obras que se inserem na perspectiva realista aqui elaborada poderiam ser mencionados. Contudo, serão trabalhadas apenas algumas contribuições consideradas de

fato como expoentes das versões clássica e estrutural do realismo nas Relações Internacionais.

Realismo Clássico

Apesar de compreender muitas visões distintas, o paradigma realista apresenta algumas características que são gerais e de forma mais ou menos acentuada podem ser percebidas em todas as contribuições teóricas que caminham nessa direção. Algumas premissas básicas podem ser enumeradas. Em primeiro lugar, o realismo considera como principal ator das Relações Internacionais o Estado. Ele é visto como um ator unitário – que representa um conjunto, uma totalidade – e racional, buscando sempre maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas. Para traduzir essa visão utiliza-se a metáfora da “bola de bilhar” ou da “caixa-preta”. Os Estados são vistos como os atores do plano internacional, sendo levadas em conta apenas as atitudes tomadas nesse âmbito. Questões internas aos Estados não são relevantes e entende-se que eles agem em busca do interesse nacional (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Em segundo lugar, todas as obras de autores realistas consideram a anarquia do sistema, ou seja, percebem que não há no ambiente internacional uma autoridade suprema acima dos Estados. Não existe no plano internacional uma autoridade que determine as regras, que tenha capacidade de impor a maneira como os Estados devem se comportar, sendo capaz também de punir aqueles que não agem de acordo com o previsto. O que se observa são múltiplos soberanos, responsáveis por garantir seus próprios interesses. Como será demonstrado adiante, a anarquia gera conseqüências profundas para a política internacional, seja a partir da visão clássica ou através da visão do realismo estrutural (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

A terceira premissa realista, que deriva da anarquia do sistema, trata da sobrevivência como o maior desejo dos Estados. O interesse nacional pode ser definido como a busca por segurança, pela sobrevivência. Qualquer outro objetivo está condicionado

à permanência do Estado no sistema, sendo essa preocupação o que rege a conduta dos Estados. Uma quarta característica compartilhada pelas teorias realistas é o entendimento de que a política é determinada por relações de poder (capacidades dos Estados). O poder pode ser definido como capacidades em termos políticos, militares, econômicos, como a capacidade de influenciar, dentre outros aspectos. Ele pode ser almejado pelos Estados para manter o *status quo*, expandir seu poderio, demonstrá-lo ou, ainda, para garantir a segurança e a sobrevivência. Associada à idéia de poder está o conceito de balança de poder, que será desenvolvido adiante (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Por fim, é possível apontar uma última premissa realista que também é crucial para notar a forma como essa corrente de pensamento avalia a política internacional. Trata-se da constatação de que os Estados interagem num sistema de auto-ajuda (*self-help*). Isso significa dizer que, inexistindo uma autoridade para garantir o cumprimento de regras e também para dar segurança aos Estados, eles agem de forma auto-interessada, buscando seus próprios interesses. Os Estados se comportam de forma egoísta, preocupados apenas com sua segurança, pois são eles os únicos responsáveis por primar pela sua sobrevivência (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Essas são algumas premissas que podem ser consideradas gerais³, refletindo, pelo menos inicialmente, a maneira como o realismo interpreta a política internacional. A questão é que, para o realismo clássico, todas essas características do sistema internacional refletem a natureza humana. Hans Morgenthau, por exemplo, é um dos autores responsáveis pela consolidação da perspectiva realista para a compreensão das Relações Internacionais. Ele contribuiu para o entendimento da política internacional destacando que o realismo político carrega uma preocupação com a natureza humana tal como ela se apresenta, enfatizando também os processos históricos.

³ Outros autores apontam características centrais distintas. Viotti e Kauppi (1987), por exemplo, elencam quatro pontos-chaves: o Estado como principal ator, o Estado como um ator unitário, o Estado como um ator racional e a segurança nacional como a principal preocupação dos Estados. Jackson e Sorensen (2007), por outro lado, destacam uma visão pessimista da natureza humana, convicção de que as relações internacionais são propensas ao conflito, ênfase na segurança e sobrevivência estatal e ceticismo em relação à idéia de progresso comparável à vida política nacional.

Morgenthau (2003) identifica seis princípios do realismo político, por meio dos quais a política internacional deve ser entendida. Em primeiro lugar ele afirma que a política é governada por leis objetivas que derivam da própria natureza do homem. O fato de o realismo lidar com leis objetivas torna possível que seja desenvolvida uma teoria racional, mesmo que ela seja imperfeita. Além disso, de acordo com essa visão, para que haja uma compreensão dos objetivos da política externa, torna-se necessário um exame dos atos políticos realizados, bem como de suas conseqüências previsíveis. É preciso, então, que a posição do político seja encarnada e consideradas todas as possibilidades diante dele, para que se possa realmente compreender a razão das escolhas adotadas⁴.

Em segundo lugar, o autor argumenta que a política internacional é regida por interesses, interesses esses definidos em termos de poder. A idéia de que os políticos agem com base nesse tipo de interesse, comprovada historicamente de acordo com Morgenthau, permite entender o comportamento dos governantes, descartando dois erros bastante comuns: a preocupação com motivos e a preocupação com preferências ideológicas. O terceiro princípio, que está relacionado ao segundo, diz que o realismo político parte do pressuposto de que o interesse definido em termos de poder é algo universalmente válido, mas que não possui um significado fixo e permanente. Os interesses são a essência da política, mas tanto os interesses quanto o poder podem ser traduzidos de forma diferente de acordo com a época e o lugar. George Washington afirma que “um escasso conhecimento da natureza humana bastará para nos convencer de que, com respeito à grande maioria da humanidade, o interesse constitui o princípio que tudo governa (...)” (Washington *apud* Morgenthau, 2003:p.17). Weber afirma, ainda, que “são os interesses (materiais ou ideais), e não as idéias, que dominam de modo direito as ações dos homens” (WEBER *apud* MORGENTHAU, 2003:p.18).

O quarto princípio da política internacional, para o autor, afirma que a política não deve estar limitada por princípios morais, ou seja, a moralidade não pode ser vista como um obstáculo à ação política. A prudência – avaliação das conseqüências da ação política –

⁴ Vale lembrar que Morgenthau considera que o político age sempre de forma racional, buscando alcançar seus objetivos (MORGENTHAU, 2003).

representa a maior virtude da política, devendo o governante levar em conta a responsabilidade que ele possui em relação àqueles que ele representa. É assim que suas ações devem ser avaliadas e não com base em leis morais e éticas abstratas. A política deve ser conduzida pelas responsabilidades do governante e não por limitações morais. A ação é julgada pela ética política tendo em vista suas conseqüências políticas e não a conformidade com a lei moral (MORGENTHAU, 2003).

Posteriormente Morgenthau argumenta que o realismo político se recusa a entender as aspirações morais de uma nação em particular como as leis morais que governam o universo. Dessa forma, princípios morais de uma nação não podem ser tomados como aqueles que deveriam reger as relações entre os Estados. É por isso que é necessário analisar o interesse dos Estados em termos de poder. Por fim, o sexto princípio coloca que o realismo político se difere essencialmente de outras escolas de pensamento, sustentando a autonomia da esfera política em relação a outras esferas (MORGENTHAU, 2003).

Como é possível notar através dos seis princípios que definem a política internacional, Morgenthau analisa, sobretudo, o papel do governante como o agente da política externa dos Estados⁵. Fica claro, como estabelece o primeiro princípio, que a política internacional é definida por leis que refletem a natureza humana. Os governantes e os povos buscam poder para atingir seus objetivos e, dessa forma, a política internacional pode ser entendida como uma luta pelo poder⁶. Nas palavras do autor:

“Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção

⁵ Muitas outras considerações relevantes são feitas pelo autor, como, por exemplo, a discussão sobre o equilíbrio de poder, a partir do capítulo XI do livro. Entretanto, para o objetivo deste trabalho tais considerações não serão trabalhadas, embora elas só reafirmem o que os princípios da política internacional, elencados pelo autor, apontam.

⁶ Morgenthau acredita que a política internacional é dirigida conforme o desejo de manutenção do *status quo*, expansão do poder ou demonstração (política de prestígio). Para o autor, diversos elementos fazem parte do poder nacional, como a geografia, os recursos naturais, a capacidade industrial, o grau de preparação militar, a população, a índole nacional, o moral nacional, a qualidade da diplomacia e a qualidade do governo (MORGENTHAU, 2003).

divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder.” (MORGENTHAU, 2003:p.49)

Nota-se que, para compreender a política internacional, Morgenthau analisa os próprios indivíduos, as populações e governantes. Ele se preocupa com questões próprias do ser humano, como as preocupações com a moralidade, com a limitação das ações políticas pelas normas éticas⁷. É possível perceber que o foco do autor está nas ações dos governantes, na condução da política externa pelos tomadores de decisão. Os políticos são os agentes da política internacional que passa a ser entendida a partir da natureza humana⁸. Diferente do que coloca o realismo estrutural, como será demonstrado adiante, o realismo clássico se baseia nas características do indivíduo, sobretudo do governante, para compreender as relações entre os Estados. Contudo, antes de trabalhar a visão estrutural, vale destacar a contribuição de Raymond Aron para o entendimento da política internacional.

Aron (2002) discute a paz e a guerra como dois lados de uma mesma moeda, como duas facetas da relação entre as nações. Assim como Morgenthau, ele enfatiza o papel do indivíduo como aquele que conduz a política internacional. Mais precisamente, em tempos de paz as relações entre os Estados são encabeçadas pelos diplomatas, enquanto em períodos de guerra elas são regidas pelos militares e estrategistas. O autor acredita que existem objetivos determinados que norteiam a política externa dos Estados. A partir do paralelo com o estado de natureza de Hobbes, ele aponta a segurança, a busca pela

⁷ Uma discussão interessante sobre os limites das colocações de Morgenthau acerca da ética e da moralidade é feita em Russell, 1990.

⁸ Constantemente é estabelecido um paralelo entre o estado de natureza de Hobbes e o sistema internacional. Assim como inexistente um governo no estado de natureza, o ambiente internacional também é anárquico. Isso gera uma situação de desconfiança, tendo em vista o egoísmo humano e a ausência de uma autoridade que possa limitar as ações. Os indivíduos passam, dessa forma, a viver em busca de segurança, primando por garantir sua sobrevivência. Tal realidade gera um estado constante de guerra de todos contra todos, pelo menos de uma predisposição para o conflito (HOBBS, 2006). Da mesma forma o realismo percebe o ambiente internacional. Particularmente, o realismo clássico percebe a política internacional como o estado de natureza de Hobbes em razão do paralelo com a natureza humana.

sobrevivência como o objetivo elementar dos Estados. Sendo os Estados unidades políticas autônomas, eles só podem contar consigo mesmos e por isso são rivais pois desejam sobreviver ao longo dos séculos. Dessa forma a segurança pode estar assentada na fraqueza dos outros ou na própria força (ARON, 2002).

O autor acredita, ainda, que a busca pela sobrevivência não é a única motivação dos homens nem dos Estados na condução de sua política externa. O autor afirma que

“É verdade que o homem quer sobreviver, individual ou coletivamente; mas o indivíduo não subordina todos os seus desejos à paixão: há certos objetivos pelos quais o indivíduo aceita um risco de morte. O mesmo acontece com as unidades coletivas, que não querem ser fortes apenas para desencorajar a agressão e gozar a paz, mas para ser temidas, respeitadas ou admiradas.” (ARON, 2002:p.102)

Dessa forma Aron indica dois outros objetivos dos Estados: a potência e a glória. A França de Clemenceau, por exemplo, buscava segurança, já que queria poupar a nação de uma nova guerra que trouxesse tantos prejuízos quanto a guerra anterior. Sob o governo de Napoleão, por outro lado, o país caminhava rumo à potência. Napoleão não queria apenas reconhecimento, ser tomado como o maior dos generais ou governantes. Ele desejava o domínio efetivo de toda a Europa. A França de Luis XIV, por sua vez, buscava a glória. O rei não desejava necessariamente expandir o Estado francês por todo o continente. Ele de fato almejava grandeza, vitória, sujeição e reconhecimento por parte dos inimigos (ARON, 2002).

Como o autor demonstra, a conduta diplomático-estratégica dos Estados gira em função do interesse nacional, assim como a conduta humana pode sempre ser interpretada em termos de meios e fins. A busca pelo interesse nacional, como evidenciam os objetivos estatais citados anteriormente⁹, nem sempre pode ser definida racionalmente. De modo geral, interessa perceber que Aron, em todo tempo, considera as próprias características dos governantes para analisar o sistema internacional. Ele afirma que são membros desse sistema “as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta

⁹ Aron destaca também o que ele chama de objetivos históricos, elementos que são sempre alvo de disputas mas que podem sofrer mudanças ao longo do tempo: o espaço (território), os homens (população) e as idéias (políticas ou sociais) (ARON, 2002).

nos seus cálculos de forças” (ARON, 2002:p.121). Pode-se notar, então, que o entendimento da política internacional passa pela conduta e própria natureza dos governantes, sendo eles os verdadeiros agentes das relações internacionais.

Como demonstram as obras de Aron e Morgenthau, o realismo clássico analisa a política internacional a partir do paralelo com a natureza humana. São as características dos indivíduos que determinam o funcionamento do sistema internacional, a relação e interação entre os Estados. Os governantes recebem um destaque particular nas análises do realismo clássico, ficando claro que a preocupação com a segurança e o ambiente propenso ao conflito descrito por esses autores é fruto das próprias características humanas. Essa perspectiva e sua ênfase no papel do indivíduo se difere bastante do chamado realismo estrutural. Como será colocado em seguida, a preocupação dos Estados continua sendo a segurança, sobrevivência e o sistema internacional permanece propenso ao conflito, porém as razões dessa realidade são outras.

Realismo Estrutural

O realismo estrutural é desenvolvido por Kenneth Waltz, sobretudo, em seu livro originalmente chamado *de Teoria da Política Internacional*, publicado em 1979. Waltz chama a atenção para a necessidade de teorias sistêmicas acerca da política internacional, que deixassem o reducionismo de lado e analisassem o funcionamento do sistema em si. Ele afirma que um sistema é composto por uma estrutura e por unidades interagentes. As considerações acerca da estrutura do sistema, portanto, devem deixar de lado as características que são próprias das unidades, bem como características que tratem do comportamento e interação entre as unidades (WALTZ, 2002).

O autor salienta que abstrair os atributos das unidades implica em deixar de lado questões que envolvam os líderes políticos, instituições econômicas e sociais, compromissos ideológicos que os Estados possam carregar, assim como interações culturais, econômicas, políticas e militares dos Estados. Fica evidente que Waltz rompe

com o realismo clássico, já de início ressaltando a necessidade de abstrair as características das unidades. Segundo ele, a atenção deve ser concentrada não nas interações entre as unidades, mas na posição que essas unidades ocupam no sistema, na forma como estão posicionadas, organizadas (WALTZ, 2002).

Para que haja uma mudança estrutural, é preciso que haja uma mudança na posição que as partes ocupam no sistema. Para Waltz, a estrutura designa condições que constroem os resultados da política internacional. A estrutura do sistema, então, é definida por três pilares. O primeiro deles é o princípio ordenador. Ao contrário de sistemas políticos internos, que são hierárquicos, o sistema internacional é anárquico e descentralizado, já que formalmente todos os Estados são iguais. Os sistemas internacionais são espontâneos e involuntários, de modo que, depois de estabelecidos, os Estados não têm mais controle sobre eles e passam a ser constroídos por eles. No sistema internacional impera a auto-ajuda (já mencionada anteriormente) e a preocupação com a sobrevivência, pré-requisito para qualquer outro objetivo estatal. O que se observa é que a estrutura anárquica do sistema internacional constroinge o comportamento dos Estados, pois os punem ou recompensa, embora eles sejam livres para agir da forma que desejarem (WALTZ, 2002).

O segundo pilar da estrutura trata do caráter das unidades. Os Estados são as unidades do sistema político internacional e não se diferem em termos de funções. Por mais que existam diferenças quanto ao território, população, riquezas, dentre outros, eles são semelhantes por serem unidades políticas autônomas. Embora existam outros atores, eles podem ser considerados os mais relevantes, aqueles que de fato definem a estrutura do sistema. Os Estados são semelhantes em relação às tarefas que enfrentam, as funções que devem exercer. Isso não significa, contudo, que eles sejam semelhantes em termos de capacidades de desempenhar cada uma dessas tarefas (WALTZ, 2002).

O terceiro e último pilar que caracteriza a estrutura do sistema, assim, diz respeito justamente à distribuição das capacidades. Essa distribuição das capacidades, segundo o autor, não é um atributo das unidades e sim da estrutura, tendo em vista que define a

posição que cada Estado vai ocupar. Dessa forma, a distribuição das capacidades é um conceito sistêmico e uma mudança nessa distribuição pode gerar uma mudança na estrutura. Assim como uma mudança no princípio ordenador poderia modificar a estrutura¹⁰, a alteração das capacidades, internamente ou externamente (por meio de alianças), provoca uma alteração na estrutura do sistema. No caso do sistema internacional, uma mudança estrutural em razão de alterações nas funções das unidades está descartada tendo em vista que as funções dos Estados são semelhantes (WALTZ, 2002).

A partir dessas considerações Waltz aponta que na política internacional, na relação entre os Estados, o estado natural é de guerra. A guerra pode acontecer a qualquer momento devido à decisão dos Estados em optar pelo uso da força. Entretanto, a grande diferença entre o sistema interno e o internacional não é necessariamente o uso da força mas o fato de o sistema internacional ser um sistema de auto-ajuda. Essa é uma implicação gerada pela estrutura anárquica. Tal estrutura constrange o comportamento dos Estados, por exemplo, limitando a cooperação. Num ambiente onde impera a auto-ajuda, as unidades se preocupam com a sobrevivência e evitam favorecer mais a outros do que a elas mesmas. Os Estados se preocupam em não se colocarem em posições de dependência em relação a outros Estados, buscando sempre que possível um certo grau de independência (WALTZ, 2002).

Nota-se, então, que diferente do que coloca o realismo clássico, Waltz percebe que a política internacional é definida pelos constrangimentos estruturais. A estrutura do sistema faz com as ações gerem resultados inesperados. Por mais que os Estados não desejem viver em um ambiente hostil, eles precisam resguardar seus interesses. Se um Estado agir diferente, ele arcará sozinho com os prejuízos e isso não trará mudanças estruturais. A questão central da contribuição de Waltz, então, é que num ambiente anárquico, onde

¹⁰ Waltz (2002) discute essa possibilidade e conclui que, embora a anarquia gere conseqüências não desejadas, uma hierarquia no sistema internacional seria um convite a uma guerra civil global. Isso porque para que uma administração central fosse capaz de proteger seus Estados clientes, muito poder deveria ser creditado ao centro. Quanto maior o poder do centro, maiores seriam os incentivos para que os outros Estados entrassem em guerra contra o centro para atingir esse poder de controle. Se a liberdade é desejada, a insegurança tem que ser aceita. Portanto, uma mudança no princípio ordenador traria conseqüências ainda mais destrutivas para os sistema internacional.

imperar a auto-ajuda, os Estados tendem a buscar um equilíbrio de poder. Para sobreviver, os Estados contam com esforços internos, que podem ser traduzidos como o incremento das capacidades, e esforços externos, através da formação de alianças (WALTZ, 2002).

A teoria do equilíbrio de poder, dessa forma, busca explicar um resultado que pode ser percebido no sistema: a formação de balanças de poder. Não se trata de discutir se o equilíbrio, uma vez alcançado, é mantido ou não. O ponto relevante é perceber que, uma vez que o equilíbrio tenha sido alterado, ele será restaurado de uma forma ou de outra. Isso ocorre porque o sistema estimula os Estados a buscarem segurança, induzindo ao equilíbrio. A principal preocupação dos Estados é, então, manter sua posição dentro do sistema, garantindo assim a sobrevivência (WALTZ, 2002).

A perspectiva estrutural de Waltz ganha uma grande repercussão no campo das Relações Internacionais, pois o autor acredita ter criado a teoria que realmente explica a política internacional. Várias críticas são colocadas a essa visão¹¹, mas o interessante é notar como a teoria de Waltz rompe com a corrente realista dominante até então. As características do sistema internacional, a preocupação com a sobrevivência, as relações de poder num ambiente anárquico e de auto-ajuda, assim como a propensão ao conflito, deixam de ser interpretadas através do paralelo com a natureza humana e a partir do papel dos governantes e indivíduos. O sistema internacional passa a ser entendido a partir de uma visão sistêmica, destacando o fato de ser a estrutura a responsável por constringer o comportamento dos Estados¹².

¹¹ Uma das críticas que pode ser salientada é a de Robert Keohane (1986). De forma resumida é possível dizer que ele afirma que Waltz é incoerente no método de testar sua teoria, pois os testes feitos tendem a confirmá-la. Em segundo lugar ele aponta para a inconsistência da teoria do equilíbrio de poder diante da suposição realista de que os Estados buscam maximizar poder. Em terceiro, Keohane critica a teoria estrutural por ser estática e não contemplar as mudanças. Uma resposta de Waltz pode ser encontrada no capítulo 11 do mesmo livro editado por Keohane.

¹² Um texto de Waltz publicado em 2000 dá margem para uma contradição na perspectiva do autor. Discutindo o mundo pós Guerra Fria, ele enfatiza o comportamento das unidades e argumenta que a unipolaridade chegará ao fim, tendo em vista que em algum momento surgirá um outro Estado capaz de reequilibrar a balança de poder. Por enfatizar o comportamento dos Estados Waltz parece contradizer sua argumentação anterior de que as características das unidades não são relevantes para a estrutura. De qualquer modo, pelo menos até então, ele apresenta uma visão sistêmica que compreende que a política internacional e o comportamento dos atores é determinado pela estrutura do sistema.

Natureza humana ou anarquia do sistema?

Como fica evidente, tanto o realismo clássico, aqui lustrado pelas contribuições de Morgenthau e Aron, quanto o realismo estrutural, encabeçado por Waltz, revelam um mundo que pode ser considerado hostil, propenso ao conflito. É possível notar que tanto clássicos como estruturalistas, realistas de modo geral, percebem a política internacional como um palco propício ao conflito, já que os Estados são livres para tomarem suas decisões. Eles são vistos como atores racionais que buscam, antes de tudo, primar pela segurança, garantindo assim a sobrevivência no sistema. Independentemente das razões, o realismo clássico e o estrutural salientam que as relações de poder e a lógica da auto-ajuda são características fundamentais das relações entre Estados num ambiente anárquico.

Conduto, nota-se que o enfoque das diferentes perspectivas realistas é distinto, sendo que os clássicos salientam o papel dos governantes e da natureza humana, enquanto os estruturalistas chamam atenção para a estrutura do sistema. A diferença, dessa forma, recai sobre os níveis de análise utilizados, considerando o ponto de partida para a análise. Waltz, em um livro publicado em 1954, *O homem, o Estado e a guerra*, aponta para a existência de três níveis de análise, três imagens, a partir dos quais a política internacional pode ser compreendida. Dessa forma, as Relações Internacionais podem ser entendidas como algo que decorre da pessoa humana, dos Estados (considerados como os principais atores e unidades) ou da forma como os atores estão dispostos no sistema. A compreensão da política internacional depende da imagem utilizada, do nível de análise enfatizado.

É possível perceber que o realismo clássico se concentra em uma análise que parte da primeira imagem. Numa tentativa de avaliar a razão pela qual a guerra acontece, Waltz (2004) aponta três imagens possíveis, a partir das quais essa questão pode ser respondida. A primeira delas remeteria os “males” da política internacional à própria natureza humana, entendendo que a raiz de todo mal é o homem, sendo ele também a raiz do mal específico que é a guerra. Muitos pesadores podem concordar com o fato de que a natureza humana

deve ser analisada para que os eventos sociais e políticos possam ser compreendidos. Apesar disso, dentro dessa mesma imagem pode haver discordância quanto à natureza humana. Alguns autores podem ser mais otimistas enquanto outros podem enxergar a natureza do indivíduo de forma mais pessimista (WALTZ, 2004).

A partir dessa primeira imagem, pode-se perceber que, como afirma Waltz, “o local das causas importantes da guerra reside na natureza e no comportamento do homem. As guerras resultam do egoísmo, de impulsos agressivos mal canalizados, da estupidez” (WALTZ, 2004:p.23). Como foi possível notar através da perspectiva do realismo clássico, não só a guerra como as demais características do sistema internacional são fruto da natureza do indivíduo, dos desejos por poder e segurança e do papel de destaque que recebe a ação dos governantes, por exemplo. Morgenthau (2003) indica claramente que a política internacional é regida por leis que derivam da natureza humana, evidenciando que a situação doméstica, a relação entre os homens em sociedade, é suficiente para explicar a realidade da relação entre os Estados. Aron (2002), por sua vez, destaca a busca por segurança e por potência que os Estados carregam e aponta, ainda, a glória (um desejo humano) como um dos objetivos da política estatal. Os realistas clássicos, dessa forma, explicam o comportamento político através do comportamento humano, comportamento esse que é o produto da própria natureza humana.

A segunda imagem proposta por Waltz considera a estrutura interna dos Estados como a chave para o entendimento da paz e da guerra. A análise das características internas como explicação para a ação dos Estados pode se dar de formas variadas indo desde um tipo de governo considerado ruim, até algum tipo de restrição econômica ou geográfica. De modo geral, Estados ruins seriam os causadores da guerra, enquanto por outro, lado dizer que Estados bons levam a um mundo pacífico é uma declaração difícil de se fazer. De toda forma, a chave para a compreensão da política internacional estaria nas características e estruturas internas dos Estados¹³ (WALTZ, 2004).

¹³ Quando trata da segunda imagem Waltz discute essencialmente a percepção liberal. Entretanto, para os fins deste trabalho essa questão não será abordada de forma mais profunda.

A terceira imagem indicada pelo autor considera como explicação para a política internacional o próprio sistema internacional. Nesse caso é analisada a anarquia do sistema como a raiz de todos os males, como o fator que leva os Estados a um comportamento que tende ao conflito. Como afirma Waltz, “na anarquia não há harmonia automática” e “entre Estados autônomos, a guerra é inevitável” (WALTZ, 2004:p.230). Assim como foi demonstrado anteriormente, em Teoria da Política Internacional, Waltz deixa claro que são as características do sistema internacional, particularmente a anarquia, que constroem o comportamento dos Estados. A política internacional, então, não seria uma derivação imediata da natureza humana ou das características da estrutura interna estatal. Seria sim uma consequência do sistema como um todo, um resultado dos constrangimentos estruturais.

Nota-se, dessa forma, que o realismo clássico e o realismo estrutural se diferem essencialmente pelo nível de análise que adotam¹⁴. Enquanto o primeiro entende a relação entre Estados por meio do comportamento dos homens, o segundo interpreta a política internacional através dos atributos da estrutura do sistema e da capacidade que ela tem em moldar o comportamento das unidades. Fato é que, apesar das diferenças, as conclusões realistas acerca da política internacional e do comportamento dos Estados são bastante semelhantes. O realismo percebe o sistema internacional de forma pessimista, pois os Estados estão sempre buscando vantagens e, por isso, não têm motivos para confiar uns nos outros. A luta pelo poder é algo constante e a possibilidade de guerra está sempre presente. De modo geral, seja em razão da natureza humana ou como consequência dos constrangimentos estruturais, o realismo clássico e o realismo estrutural percebem a política internacional como um ambiente hostil, no qual existe sempre a propensão ao conflito.

¹⁴ Várias outras diferenças poderiam ser citadas, por exemplo, a questão do método utilizado pelos realistas clássicos e pelos estruturalistas. Tanto Morgenthau quanto Aron utilizam uma metodologia tradicional, baseada em análises qualitativas. Waltz, por outro lado, adequou o realismo à metodologia cientificista, passando a estudar a política internacional através de métodos quantitativos (NOGUEIRA e MESSARI, 2005). De modo geral, em razão da proposta estabelecida pelo trabalho outras diferenças não serão ressaltadas.

De acordo com Mearsheimer (1999) essa visão pessimista acerca das Relações Internacionais é fruto de alguns pressupostos básicos que são compartilhados, grosso modo, por todos os teóricos realistas. Essa visão se deve a cinco principais suposições realistas. Em primeiro lugar o sistema internacional é anárquico, ou seja, não existe uma autoridade acima dos Estados, fazendo com eles sejam livres para agir da forma como desejarem. Em segundo, os Estados possuem capacidades militares ofensivas e, dessa forma, representam uma ameaça potencial uns para os outros. Outra suposição do realismo é que os Estados nunca estão certos das intenções dos demais. Não há garantia de que um Estado não irá recorrer às suas capacidades militares, fazendo com que todos se tornem ameaças potenciais. Além disso, as intenções podem mudar a todo instante. Em quarto lugar, o realismo entende que o que direciona o comportamento dos Estados é a busca por sobrevivência. Eles desejam garantir sua soberania e sua segurança no sistema internacional. Por fim, diante da busca por segurança, acredita-se que os Estados agem de forma estratégica, são atores racionais buscando seus objetivos (MEARSHEIMER, 1999).

Dadas tais suposições realistas, nota-se que a combinação desses fatores pode fazer com que os Estados atuem de forma agressiva no sistema. Especificamente, três padrões de comportamento podem ser observados como resultado. Em primeiro lugar, os Estados no sistema internacional se sentem inseguros em relação aos outros. Isso se deve ao fato deles possuírem capacidades que podem ser utilizadas contra os outros e diante da busca pela sobrevivência elas podem ser utilizadas. É preciso considerar também que o ambiente é anárquico, o que dá liberdade para os Estados agirem da forma como quiserem, inexistindo um mecanismo responsável por punir um agressor. Um segundo comportamento previsível é o desejo de cada Estado em garantir sua sobrevivência. Já que os demais podem ser considerados ameaças e na ausência de uma autoridade, cada Estado só pode contar consigo mesmo para garantir sua segurança – *self- help*. Por fim, é possível deduzir que os Estados no sistema internacional buscam maximizar seu poder relativo, tendo em vista que quanto maior a capacidade militar, mais seguro o Estado se sentirá (MEARSHEIMER, 1999).

A perspectiva realista, então, a despeito das diferenças entre clássicos e estruturalistas, considera que o comportamento dos Estados se baseia na preocupação com a segurança, na busca pelo poder tendo em vista a anarquia do sistema e a lógica de *self-help* a qual os Estados estão submetidos. Apesar da diferença entre o realismo clássico e o realismo estrutural – sustentada dentre outros aspectos pelos diferentes níveis de análise utilizados – a perspectiva realista compreende da mesma forma a política internacional, considerando a guerra como algo que faz parte da relação entre os Estados. Independente da razão ser a natureza humana ou a estrutura do sistema, o realismo observa as Relações Internacionais de forma mais pessimista, considerando o ambiente internacional como um ambiente hostil.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi contrapor o realismo clássico e o realismo estrutural, destacando suas principais diferenças e revelando algumas de suas características em comum. Como foi possível observar, o realismo clássico, exemplificado através da contribuição de Morgenthau e Aron, se baseia na natureza humana e no papel do indivíduo para compreender as Relações Internacionais. O realismo estrutural, por outro lado, representado pela obra de Kenneth Waltz, aponta a estrutura anárquica do sistema como o elemento responsável por moldar o comportamento dos Estados.

Como foi destacado, a principal diferença entre as visões clássica e estrutural diz respeito ao nível de análise adotado por cada uma dessas perspectivas. O realismo de Morgenthau e Aron se dedica a analisar as Relações Internacionais a partir de uma visão de primeira imagem, considerando questões que são próprias dos indivíduos. O realismo de Waltz, por sua vez, utiliza uma visão de terceira imagem, analisando o sistema internacional em si e percebendo a influência da estrutura do sistema no comportamento dos atores. Embora as conclusões de ambas vertentes da perspectiva realista sejam

semelhantes, as análises são distintas e chamam a atenção para elementos diferentes, sendo estes a natureza humana e a estrutura anárquica.

De modo geral é possível notar que o realismo clássico e o realismo estrutural percebem o mundo de forma semelhante, a despeito de partirem de visões distintas, utilizando diferentes imagens para analisa-lo. Não se trata de diminuir os esforços e as contribuições que dão origem a pensamentos e interpretações diferentes. O objetivo é apenas destacar que a perspectiva realista, embora possua correntes e ênfases distintas, apresenta uma visão geral sobre a política internacional. Como foi demonstrado essa visão revela um mundo anárquico, no qual os Estados agem buscando garantir sua segurança, num sistema de auto-ajuda, no qual as relações de poder são as que definem o comportamento dos Estados.

Referências

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARR, Edward. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1946.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

JACKSON, Robert; SORENSEN, George. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

KAHLER, Miles. *Inventing International Relations: International Relations theory after 1945*. in: Doyle, M.; Ikenberry, G. Colorado: Westview Press, 1997.

KEOHANE, Robert. *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, 1986.

MEARSHEIMER, John. *The false promise of international institutions*. In: Brown, M. et.al. *Theories fo war and peace*. Cambridge: Mit Press, 1999.



MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

RUSSELL, Greg. *Hans J. Morgenthau and the ethics of American statecraft.* Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1990.

VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. *International Relations theory: realism, pluralism, globalism and beyond.* Nova York: Macmillan, 1987.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais.* Lisboa: Gradiva Publicações, 2002.

WALTZ, Kenneth. *Structural realism after the Cold War.* International Security, v.25, n.1, 2000.

WALTZ, Kenneth. *O homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica.* São Paulo: Martins Fontes, 2004.